

AO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS -AUTARQUIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Pregão Eletrônico nº 18/2025.

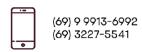
UZZIPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.192.325/0001-00, com endereço à Avenida Sete de Setembro, nº 2489, CEP 76.804-141, Porto Velho, Estado de Rondônia, vem, respeitosamente, apresentar IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, quanto aos aspectos do Edital de Licitação, conforme os seguintes questionamentos apresentados.

I - DA TEMPESTIVIDADE:

- 1. Nos termos insculpidos no instrumento convocatório, a impugnação deverá ser protocolada nos 03 (três) dias úteis anteriores à data da sessão inaugural, consoante preconiza o instrumento convocatório.
- 2. Dito isto, observa-se que a impugnação é tempestiva, tendo em vista o cumprimento das disposições retrocitadas.

II - BREVE ESCORÇO DOS FATOS:

3. Sem delongas, foi publicado o edital do Pregão Eletrônico nº 18/2025, que possui a finalidade de contratação de serviços de arrecadação integrada de preços públicos, tributos e demais receitas da autarquia, e a respectiva prestação de contas, por intermédio do Sistema de Pagamentos Instantâneos – PIX de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Termo de referência pelo período de 60 meses.







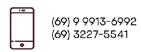


- 4. Ocorre que, de análise ao Edital de licitação publicado, foi constatada a seguinte exigência desproporcional ao objeto do certame:
 - a. Que a execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo de até 05 (cinco) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço.
- 5. Logo, considerando a ocorrência de tal vício, fundamenta-se a oposição da presente impugnação.

III - DO MÉRITO:

III.1 - DA IMPOSSIBILIDADE TÉCNICA DO PRAZO. DA RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE

- 6. O item 3.2.1 do instrumento convocatório estabelece que a contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço:
 - 3.2. Sobre a integração com o sistema de arrecadação utilizado pela SETEC:
 - 3.2.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo de até 05 (cinco) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço.
- 7. Ocorre que o prazo fixado revela-se incompatível com a natureza do objeto, violando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e da seleção da proposta mais vantajosa.
- 8. Todavia, a referida exigência é de cumprimento inexequível, uma vez que a implantação de solução de arrecadação integrada via PIX demanda etapas técnicas que não dependem exclusivamente da contratada, não sendo tecnicamente possível realizar a integração, realizar testes de homologação, validar fluxos de conciliações, ajustar rotinas e disponibilizar o sistema em ambiente produtivo dentro do prazo de apenas cinco dias.









- 9. A exigência, nessas condições, restringe a competitividade, reduz o número de participantes aptos a atender o objeto e cria barreira técnica injustificada.
- 10. A Lei 14.133/21, em seu art. 9°, define os princípios básicos de todo processo licitatório e impede a prática de restrição competitiva como a que se vê nos autos desse procedimento administrativo.
 - Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:
 - I admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:
 - a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
 - b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
 - c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

[Grifo nosso]

- 11. Diante de tal disposição legal, disserta o Professor Marçal Justen Filho:
- "É certo que a Administração deverá obter a proposta mais vantajosa, mas selecionar a proposta mais vantajosa não é suficiente para validar a licitação. A obtenção da vantagem não autoriza violar direitos e garantias individuais. Portanto, deverá ser selecionada a proposta mais vantajosa, mas, além disso, têm de respeitar-se os princípios norteadores do sistema jurídico, em especial o da isonomia. Por mais vantajosa que fosse a proposta selecionada, não seria válida licitação que violasse direitos e garantias individuais." (Filho, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos. 10ª Edição, São Paulo, 2004. Pag. 49).
- 12. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é taxativa a respeito da violação aos princípios da isonomia, da moralidade, da probidade administrativa, e da restrição à ampla competitividade, determinando a suspensão de contratos e licitações que violem esses princípios basilares.







"A hipótese de restrição à competitividade não deve ser examinada somente sob a ótica jurídica e teórica, deve levar em conta também se as cláusulas supostamente restritivas culminaram em efetivo prejuízo à competitividade do certame" (Acórdão 3306/2014 Plenário, TCU)

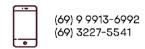
13. A exigência em tela viola tais princípios, pois cria obrigação imposta e extrapola a esfera de atuação da futura Contratada, tornando inviável a participação isonômica dos licitantes e restringindo a competitividade do certame.

14. Desta feita, visando ampliar a competitividade do certame e assegurar a adequada execução do objeto, a Impugnante apresenta a presente impugnação com o propósito de requerer a alteração do item 3.2.1 do Edital, bem como de quaisquer outras disposições correlatas, uma vez que o prazo de 5 (cinco) dias para o início da operação do sistema mostra-se tecnicamente inviável.

15. A implantação de solução de arrecadação integrada via PIX exige múltiplas etapas indispensáveis, como a integração entre sistemas distintos, realização de testes de homologação, validação dos fluxos de conciliação e ajustes em ambiente produtivo, atividades que não podem ser executadas com segurança e confiabilidade no exíguo prazo estabelecido.

IV - DOS PEDIDOS:

- 16. Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria:
 - a) a recepção da impugnação ao Edital do PE n°. **18/2025**;
 - b) A adequação do item 3.2.1 considerando que o prazo de 5 (cinco) dias para início da operação do sistema é tecnicamente inviável, pois a implantação de uma solução de arrecadação via PIX demanda múltiplas etapas de integração entre sistemas distintos, testes de homologação, validação









dos fluxos de conciliação e ajustes no ambiente produtivo.

c) a divulgação, pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, após a modificação requerida, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

Termos em que pede deferimento.

Porto Velho/RO. 11 de novembro de 2025.

RAIRA VLÁXIO AZEVEDO OAB/MG N. 216.627 OAB/RO N. 7.994 OAB/SP N. 481.123

NAIANE LIMA SANTOS KEMP OAB/RO N. 8.323

ÍCARO ALBUQUERQUE MAGALHÃES OAB/RO N. 14.274





Re: Fwd: Pedido de esclarecimento e Impugnação - PE nº 90010/2025 - Setec serviços tec. Gerais - SP

De <viviane.schiavolin@setec.sp.gov.br>

Para: Daniel Faria de Machado <daniel.machado@setec.sp.gov.br>

Data 14/11/2025 15:45



Resposta à impugnação:

A empresa Uzzipay Instituição de Pagamentos S.A, CNPJ: 32.192.325/0001-00, alega em apertada síntese que o Item 3.2.1 do Edital nº 21/2025: "A execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo de até 05 (cinco) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço", fere os princípios básicos do processo licitatório, tendo em vista que a empresa Impugnante entende que o prazo fixado é incompatível com a natureza do objeto, pois demanda etapas técnicas complexas, que não dependem exclusivamente da contratada.

Entendemos que a impugnação não procede, tendo em vista que a empresa ao ser contratada, será consultada para a definição do prazo necessário para efetuar as adequações necessárias. Após o prazo acordado com a empresa, será emitida a ordem de serviço, onde será iniciada a contagem do prazo de 05 dias para início da execução dos serviços.

Dessa forma, o item 3.2.1, não frustra o caráter competitivo do processo licitatório, por tratar-se de prazo meramente indicativo.

Viviane Schiavolin Ferreira Divisão Financeira

SETEC-Serviços Técnicos Gerais

Telefone: (19) 3734-6124

Em 12/11/2025 09:58, Daniel Faria de Machado escreveu:

Bom dia!

Encaminho anexo pedido de esclarecimentos e impugnação apresentados por interessado em participar do pregão referente ao PIX.

Peço que retornem com as respostas até dia 14/11 para prosseguirmos com o agendamento do pregão sem sua suspensão.

Daniel Faria de Machado Gerente de Licitações (19)3734-6138 / 98384-0291



------ Mensagem original ------

Assunto::Pedido de esclarecimento e Impugnação - PE nº 90010/2025 - Setec serviços tec. Gerais - SP

Data:12/11/2025 09:12

De:Lucas Mollmann < lucasmollmann@vmadvocacia.net>

Para::colsetec@setec.sp.gov.br

Bom dia, Prezados!

Segue pedido de esclarecimento e impugnação em anexo. Solicitamos humildemente que atestem o recebimento.

Atenciosamente



SERVIÇOS TECNICOS GERAIS

PRACA VOLUNTÁRIOS DE 32 - Bairro PONTE PRETA - CEP 13041900 - Campinas - SP

SETEC-PRESIDENCIA/SETEC-DAF/SETEC-DAF-DILIC

DESPACHO

Campinas, 14 de novembro de 2025.

À AUTORIDADE COMPETENTE

Segue anexo impugnação ao edital 21 de 2025 apresentada pela empresa UZZIPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A assim como as justificativas verificadas junto a divisão financeira para apreciação e deliberações superiores.

Em apertada síntese a interessada questiona o termo de referência que determina que a execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo de até 05 (cinco) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço e que a referida exigência é de cumprimento inexequível, uma vez que a implantação de solução de arrecadação integrada via PIX demanda etapas técnicas que não dependem exclusivamente da contratada, não sendo tecnicamente possível realizar a integração, realizar testes de homologação, validar fluxos de conciliações, ajustar rotinas e disponibilizar o sistema em ambiente produtivo dentro do prazo de apenas cinco dias.

Ocorre que, conforme explicado pela divisão financeira, entre a assinatura do contrato e a emissão da ordem de serviço a empresa será consultada para definição do prazo necessário às adequações, após esse prazo é que a ordem de serviço será emitida, não havendo motivos para suspensão e/ou alteração do edital nos termos propostos.

Diante do exposto, smj, **não verificamos ilegalidade** nas disposições do Edital e sugerimos que se **rejeite integralmente a impugnação** apresentada pela empresa, mantendo-se **íntegras todas as disposições do Edital**, com a sessão pública prevista para 18/11/2025.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL FARIA DE MACHADO**, **Gerente**, em 14/11/2025, às 14:56, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica informando o código verificador **16883267** e o código CRC **89526753**.

SETEC.2025.00004254-54 16883267v2



SERVIÇOS TECNICOS GERAIS

Praça Voluntários de 32, s/n - Bairro Ponte Preta - CEP 13041-900 - Campinas - SP

SETEC-PRESIDENCIA

DESPACHO

Campinas, 14 de novembro de 2025.

À DILIC

Indefiro a impugnação apresentda pela empresa UZZIPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A, pelas razões expostas pela DILIC às fls. 16883267.

Assim sendo, utiloz como razão de decidir os fundamentos já expostos mantendo-se integralemente as condições estabelecidas no edital ora impugnado.

Dar ciência ao interessado.



Documento assinado eletronicamente por **ENRIQUE JAVIER MISAILIDIS LERENA**, **Presidente**, em 14/11/2025, às 15:08, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica informando o código verificador **16883748** e o código CRC **0FD6A97E**.

SETEC.2025.00004254-54 16883748v2